

OS PARADOXOS DA PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO BAIANO

Eliene Gomes dos Anjos
Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos, docente da UFRB
elieneanjos@ufrb.edu.br

Laise Vasconcelos Oliveira
Graduada em Gestão de Cooperativas pela UFRB
laisevoliveira233@gmail.com

1. Introdução

A participação, para Bordenave (1985), é algo natural do ser humano, assim como comer e dormir, porém apresenta duas bases adicionais que amplificam sua importância na sociabilidade: a afetiva, a primeira, porque as pessoas ao participarem sentem prazer em fazer coisas com outras e, a segunda, a instrumental, porque ao participar e fazer coisas com outras pessoas constituem um processo mais eficaz e eficiente de reprodução social do que sozinhas. As pessoas que têm objetivos comuns se reúnem formando organizações coletivas a fim de satisfazerem suas necessidades. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se enquadram nos modelos dessas organizações, nos quais trabalhadores/as dos meios urbano e rural buscam gerir coletivamente suas atividades e seus resultados.

Neste contexto, questiona-se como se dá a participação dos/das associados/as no cotidiano e nos processos decisórios dos empreendimentos associativos? Neste âmbito, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o processo participativo em uma Associação e em uma Cooperativa, localizadas no território do Recôncavo da Bahia. Além desse, busca-se identificar as dificuldades para a participação democrática e as estratégias de gestão utilizadas nos casos investigados.

O interesse pelo estudo sobre participação em empreendimentos associativos surge a partir das experiências que foram se dando ao longo do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e a pesquisa desenvolvida na Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão, no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre 2015 e 2017¹. O foco desse projeto era a qualificação da gestão das cooperativas da agricultura familiar e uma avaliação da efetividade do programa em aprimorar a gestão em diferentes regiões do país,

¹ Esta comunicação é resultado da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas e das observações realizadas no Projeto da Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão do extinto MDA. A Rede foi composta, além da UFRB, pelas UFV, UFRGS, UFSM, UFRPE, USP, IFPA e UnB.

gerando informação e conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo.

Após a aproximação e vivência com uma cooperativa atendida pelo Programa Mais Gestão no município de Sapeaçu/BA e outros empreendimentos no território do Recôncavo pôde-se perceber algumas características que lhes são comuns, como por exemplo, na maioria deles não havia um interesse dos sócios em participar efetivamente das atividades. Algumas organizações têm infraestrutura, equipamentos, terra para trabalhar, dentre outras conquistas que foram se dando ao longo de suas histórias, no entanto, seus sócios não veem tais conquistas como algo que pertencem a eles e que, a partir disso, podem melhorar suas condições de vida.

Com esta problemática, opta-se pela pesquisa qualitativa cujo objeto empírico dar-se-á com o estudo de casos (YIN, 2010). São dois empreendimentos solidários, uma cooperativa e uma associação, ambas situadas no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia. Foram realizadas entrevistas, com roteiro semiestruturado com associados/as e diretores/as dos casos selecionados. O roteiro de entrevista é constituído de 38 questões, distribuídas em três blocos, sendo eles: 1) identificação, contendo 8 perguntas que buscam alcançar o perfil geral dos participantes da pesquisa, como sexo, idade, profissão/ocupação etc., contribuindo assim com uma caracterização breve dos entrevistados; 2) caracterização da Associação/cooperativa, com 14 questões que ajudam a entender o processo e os motivos que levaram à criação desses EES, seus objetivos, e como se dão as tomadas de decisão nesses empreendimentos; e, por fim, 3) a participação, com 16 questões que buscam compreender o nível de participação dos/as associados/as no empreendimento, além da compreensão de cada entrevistado/a a respeito de suas obrigações, direitos e formas de participação.

Este texto apresenta uma problematização em torno dos conceitos participação, autogestão e educação cooperativa como pressupostos para o exercício democrático nas organizações coletivas. Em seguida uma análise dos dados primários coletados nos dois empreendimentos associativos no Recôncavo e, por fim, as considerações finais que trazem os significados da participação identificados nos empreendimentos e as possíveis contribuições para alcançar a fase mais efetiva que é a autogestão.

2. Problematizando a categoria participação

O ser humano em sua trajetória social passa a conviver em grupos, sejam eles os de família e amigos (grupo primário), organizações coletivas (grupo secundário) e engajamento político partidário (grupo terciário). A partir dessa realidade, percebe-se a

necessidade da participação individual para a construção de diálogos, opiniões, decisões, entre outras ações, para se chegar a um denominador comum, que seja do interesse da maioria (BORDENAVE, 1985).

A participação é uma ação que traz resultados extensivos, pois se em um determinado grupo a maioria dos indivíduos participa mostrando o seu ponto de vista, trazendo ideias e até mesmo soluções para determinados problemas enfrentados, todos do grupo serão contemplados e/ou até mesmo a comunidade local. Porém, a participação não é delegada, e sim algo intrínseco, ou seja, deve partir do próprio indivíduo, de acordo com suas inquietações, quando ele passa a ter consciência da sua realidade social desfavorável. Sobre esse assunto, Souza (2004, p. 81) afirma que “a participação é o processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo”. No entanto, para a participação efetiva, é preciso que esta esteja acompanhada da consciência sobre si e da sua dinâmica, uma vez que a participação é um conceito que caracteriza uma sociedade democrática.

Bordenave (1985) desenvolve uma análise exaustiva sobre a categoria participação e, a partir das suas reflexões, conclui que há cinco tipos possíveis de participação, sendo elas:

a) Participação de fato: este seria o primeiro tipo de participação e, como explica o autor, “desde o começo da humanidade, os homens tiveram uma participação de fato, quer no seio da família nuclear e do clã, quer nas tarefas de subsistência (caça, pesca, agricultura), ou no culto religioso, na recreação e na defesa contra os inimigos” (p. 27).

b) Participação espontânea: leva as pessoas a criarem grupos sem organização estável e que, na maioria dos casos, é apenas por necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, obter reconhecimento, dentre outras.

c) Participação imposta: ocorre quando a pessoa é obrigada a fazer parte de algum grupo e realiza atividades que são indispensáveis, como por exemplo, as tribos indígenas que obrigam jovens a se submeterem a cerimônias de iniciação e rituais de passagem, ou quando nas nações modernas, obrigam-se os jovens a fazer parte do exército e da disciplina escolar, como também é obrigatório o voto nas eleições.

d) Participação voluntária: de acordo com o autor “o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho” (p. 28). Esse tipo de participação baseia as associações profissionais, cooperativas, partidos políticos e, podemos incluir também, a participação em um negócio como sócio. Porém, a participação voluntária nem sempre surge como iniciativa dos

componentes do grupo, muitas vezes é instigada por agentes externos com objetivos previamente estabelecidos, a fim de alcançá-los, e pode ser chamada de *participação provocada, dirigida e/ou manipulada*. De acordo com o autor, existem alguns tipos de participação (mais ou menos institucionalizadas), são elas: “a extensão rural, o serviço social, o desenvolvimento de comunidades, a educação em saúde, os trabalhos de pastoral, a agitação-propaganda” (p. 29).

e) *Participação concedida*: para o autor, esse tipo de participação ocorre “onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores” (p.29). Inclusive, a participação nos lucros, concedida por algumas empresas a seus trabalhadores, também está enquadrada neste tipo de participação.

Bordenave (1985) destaca que na participação concedida há uma prática denominada de planejamento participativo. Ela é inserida por alguns organismos oficiais para a realização do projeto direção-dominância da classe dominante, pois efetivamente a ideologia dominante objetiva manter a participação do sujeito limitada aos grupos baseados em relações primárias, criando uma “ilusão de participação” política e social. O autor conclui que apesar de ser relativamente óbvio o intuito do Estado e da classe dominante, o planejamento participativo tem seu lado positivo, mesmo concedido, pois proporciona um processo de aprendizado na medida em que se aproveitem as oportunidades de participação para tal crescimento, e não para o aumento da dependência. Assim, o planejamento participativo institui um avanço e não um atraso, além de apresentar um potencial de crescimento da consciência crítica para as pessoas, e da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder.

Sobre modos de participação concedida, Souza (2004) ressalta que são processos de dominação e, conseqüentemente, de contra participação, que muitas vezes são incitados e apreciados pelo poder público para dominação sobre as camadas populares:

A dominação se realiza sobretudo através da aceitação e é mais plena e maior quanto mais as ideologias e práticas políticas em geral levam os seguimentos majoritários da população a aceitarem a dominação e a exploração. É nesse sentido que se encontra, nas camadas populares, grande parcela da população que aceita e gosta de ser dominada e explorada. Esta aceitação vai de encontro à natureza de ser criador e sujeito da história, própria do homem, é uma criação da sociedade e assim precisa ser desvendada para que o homem resgate a sua condição de ser participante. (SOUZA, 2004, p.80).

A partir dos tipos de participação descritos por Bordenave (1985), e citados por Souza (2004), podemos perceber que a participação é uma questão que deve considerar o

contexto histórico, para que haja um discernimento sobre as maneiras de participar, que em muitos casos são impostas ou cedidas por uma concessão camuflada, as quais não permitem que os cidadãos deixem de ser explorados e manipulados pelas ideologias dominantes.

Além dos tipos de participação, Bordenave (1985) apresenta os graus e níveis de participação em uma organização ou grupo, mostrando o grau de domínio dos membros sobre as decisões e como são importantes as deliberações de que se pode participar. O autor conceitua, em ordem crescente, sete graus em que a participação pode chegar em uma organização qualquer.

O primeiro, e o menor deles, ocorre quando os dirigentes informam sobre as decisões já tomadas aos membros e que, em alguns casos, a reação dos membros às informações recebidas é levada em conta, já em outros, o direito de reação não é tolerado pelos superiores. O segundo é a consulta facultativa, onde “a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema” (p. 31). O terceiro é a consulta obrigatória, quando “os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora a decisão final pertença ainda aos diretores. É o caso da lei que estabelece a negociação salarial entre patrões e operários” (p.31-32). O quarto é a elaboração/recomendação, considerado um grau mais avançado de participação, “na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição” (p.32). O quinto é a co-gestão, “na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade” (p.32). Para tomadas de decisões são usadas as formas colegiadas, como comitês, conselhos, entre outras. O sexto é a delegação, é um grau onde a administração decide os limites onde os administradores têm poder de deliberação, “ora, para que haja delegação real os delegados devem possuir completa autoridade, sem precisar consultar seus superiores para tomarem as decisões” (p.32). O sétimo, e o mais alto grau de participação, é a autogestão, “na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração” (p.32-33). A autogestão é uma característica básica de empreendimentos coletivos, formados por pessoas e para elas, e são administrados democraticamente.

A importância das decisões, segundo Bordenave (1985), é outra questão chave na participação na qual os membros têm acesso a sua formulação, pois em qualquer grupo ou

organização existem decisões muito importantes e outras não tão importantes, e estas devem ser organizadas em níveis decrescentes, os quais são distinguidos através das seguintes enumerações dos passos da programação:

- Nível 1 - Formulação da doutrina e da política da instituição.
- Nível 2 - Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.
- Nível 3 - Elaboração de planos, programas e projetos.
- Nível 4 - Alocação de recursos e administração de operações.
- Nível 5 - Execução das ações.
- Nível 6 - Avaliação dos resultados. (BORDENAVE, 1985, p.33-34).

Bordenave (1985) ressalta que nos níveis 5 e 6, ou seja, na execução das ações e na constatação de seus resultados, é comum, na maioria das vezes, quando em situações favoráveis, permitir a participação dos membros da instituição. Nos demais níveis, os quais são níveis de formulação de políticas e planejamento, a participação fica restrita a uns poucos que fazem parte da liderança, porém, na democracia participativa os indivíduos sobem a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, extinguindo a divisão de funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem as consequências das decisões, e que, muitas vezes, esta subida depende apenas de capacitação e experiências as quais são conseguidas através de árduas lutas contra as influências e controles.

O autor afirma ainda que a participação se torna genuína e real quando o grupo conhece a si mesmo, suas percepções, valores, crenças, temores e pretensões tanto quanto o real objetivo, e quando seus membros se mantêm bem informados sobretudo o que acontece dentro e fora de seu grupo. Ainda, o autor assegura que existem diversas maneiras de participar e estas são caracterizadas em tipos, graus e níveis de participação, através de processos de micro e macroparticipação, os quais, respectivamente, são definidos como associação de duas ou mais pessoas, de maneira voluntária, através de uma atividade onde buscam alcançar objetivos individuais e imediatos, diferente do segundo processo que pode ser chamado de participação social, o qual tem uma vasta conceituação e que, de maneira sucinta, refere-se a uma visão mais ampla que “intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo” (BORDENAVE, 1985, p.24).

A partir das definições de microparticipação e macroparticipação esplanadas por este autor, percebe-se que as associações e cooperativas, dentre outras formas de associação, em sua maioria, são grupos onde as pessoas participam de diversas maneiras e em nível micro e macro. Souza (2004) advoga que a ação coletiva se expressa por uma ação oriunda da conscientização. Nessa perspectiva, a organização social torna-se um requisito básico às ações necessárias do próprio processo de participação. Assim, podemos

perceber que o ser humano, quando tem consciência de suas necessidades, busca se unir a outros com necessidades comuns, criando assim organizações formais ou informais, em busca de objetivos claros e definidos pelo grupo.

3. Percepção sobre a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários

A característica de cada contexto histórico faz com que a autogestão carregue diferentes teores, a depender dos seus planos políticos e ações que os sustentam (ANJOS, 2014). Mothé (2009) afirma que o vocábulo foi introduzido na década de 1950, pelo partido comunista iugoslavo, a fim de referenciar a experiência política, econômica e social que buscava a modernização do sistema econômico do país.

Este último autor acredita que a autogestão tem diferentes formas de atuação, a depender do contexto inserido, tais como: na democracia direta, que forma um sistema em que voluntariamente, sem recorrerem a intermediários, sem receberem remuneração, os agentes discutem e decidem sobre assuntos de grande relevância em assembleias, que devem acontecer de acordo com a disponibilidade dos atores envolvidos, sendo assim, a autogestão atua como “[...] um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (MOTHÉ, 2009, p.26).

Ainda de acordo com o autor, na democracia representativa, os cidadãos votam em uma minoria de mandatários recompensados e encarregados de representá-los em instâncias decisórias de governos nacionais e locais, como também em outras instituições de caráter representativo e em conselhos de administração nos empreendimentos coletivos. A democracia participativa representa uma forma mínima de autogestão, através de assembleias com a junção de pessoas envolvidas em determinado assunto, com o intuito de debater sobre os mesmos, porém o papel das assembleias é apenas consultivo e a participação é viabilizada pelos dirigentes aos executantes (MOTHÉ, 2009).

O autor segue explicando que, na democracia radical, por sua vez, os atores do processo devem discutir e decidir (através do voto), sobre leis e regras administrativas de sua importância, no que implica em diminuição de condução dos dirigentes, tornando maior o poder direto do cidadão. Em suma, a democracia radical é uma forma ampliada da autogestão (MOTHÉ, 2009).

Singer (2002) explica que a principal diferença entre a economia capitalista e a economia solidária talvez seja a maneira como ambas são geridas, onde a primeira pratica a heterogestão e a segunda a autogestão. Para o autor, a heterogestão é uma administração hierárquica, formada por níveis de autoridade, as decisões e ordens vêm de cima para baixo e, quanto mais alto o nível, maior é o conhecimento sobre a empresa. Sobretudo, quem está

no nível mais alto dá comandos aos subordinados, que estão nos níveis mais baixos, cumprem as tarefas e passam as informações necessárias aos seus chefes. Nas empresas que praticam a heterogestão, os trabalhadores dos níveis mais baixos não têm poder de decisão em ações a serem executadas, e fica clara a lacuna entre dirigentes e dirigidos.

Embora autogestão seja um termo bastante usual, não se tem uma definição universal sobre o mesmo. Diferentemente da heterogestão, a autogestão deve ser clara a todos dentro de uma organização, para que tenham acesso às informações, sem sigilo, e tenham consciência de suas decisões (SINGER, 2002). A autogestão, segundo Singer, não se restringe apenas à gestão dos empreendimentos, mas às informações, às divisões de tarefa, sobras e prejuízos.

Como vimos, os autores mostram que a forma de atuação da autogestão varia de acordo com o contexto histórico e o sistema político, econômico e social, entretanto, sua definição está relacionada a um projeto de organização democrática, onde as decisões são tomadas por todos e decididas em assembleias, expressando a vontade dos envolvidos de maneira horizontalizada. No entanto, as práticas da autogestão não podem ser naturalizadas, pois se trata de um processo de participação, e não de algo natural.

A realização de práticas autogestionárias também é percebida, mesmo que de maneira empírica, nos Empreendimentos Econômicos Solidários e, para melhor compreensão acerca delas, é preciso ter uma breve reflexão sobre Economia Solidária (ES), a qual é composta por tais organizações.

Anteriormente foi trazida a reflexão de Singer (2002) que considera a gestão das organizações de economia solidária diferente das de economia capitalista. Referente à ES o mesmo autor diz que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p. 10).

Singer (2002) traz a propriedade coletiva ou associada e o direito à liberdade individual como princípios fundamentais da ES, os quais naturalmente resultam em solidariedade e igualdade. Segundo a Senaes (2007), a ES é entendida como uma estratégia de enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras às mudanças no mercado de trabalho e aos processos de exclusão social, se reunindo de forma coletiva e autogestionária para desenvolver atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e

finanças, realizados solidariamente e formando organizações coletivas, as quais compõem a ES.

Os trabalhadores que buscam meios para melhores condições de vida organizam-se em grupos onde a autogestão e a cooperação são fundamentais para o sustento dos mesmos, os quais podem ser denominados como Empreendimentos Econômicos Solidários. Matos e Dias (2011, p. 112) trazem a definição formal de EES como “todo ente privado que atenda a princípios e práticas da Economia Solidária e tenha por objeto o desenvolvimento de atividade de trabalho, produção, consumo, poupança e/ou crédito”. Ainda, de acordo com os autores, o Movimento Econômico Solidário (MES) atribui mais importância à essência do que à formalidade, sendo assim, recebem como agente todo tipo de organização, independentemente de sua essência jurídica, ou seja, para o MES o importante é que atendam aos princípios e práticas da ES.

Percebe-se que a característica principal dos EES é a autogestão, pois não existem empregados e patrões, todos que trabalham no empreendimento são donos dos meios de produção. Toda a gestão é feita de forma democrática e coletiva, compartilhando os resultados e tomando decisões através do voto. Para Gaiger (2009, p. 181) o conceito de EES “compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade”. O conceito trazido por este autor nos faz compreender que, para além da cooperação, solidariedade e coletividade entre os participantes dos EES, a livre associação serve-lhes de base, pois a criação dos empreendimentos não deve ser imposta, e sim voluntária, partindo de cada indivíduo.

Os EES se organizam em forma de associações, grupos de produtores, cooperativas, clubes de trocas, empresas recuperadas de autogestão, dentre outras. Independentemente de sua forma, a coletividade, solidariedade e cooperação devem prevalecer entre trabalhadores e trabalhadoras que decidem unir forças para alcançar objetivos comuns. As desigualdades dentro dos EES irão se dissipando na medida em que os associados praticam a autogestão e a solidariedade entre si. Na visão dos seus idealizadores, todavia, para se trilhar este caminho, será indispensável priorizar a educação para a cooperação, pois esse processo não é natural, assim como a participação.

Em toda e qualquer organização é necessário que todos os envolvidos tenham conhecimento sobre a mesma a fim de que os objetivos sejam alcançados, e a educação é fundamental para a formação dos agentes das organizações. Neste sentido, Schneider (2003) assegura que:

A educação visa explorar as potencialidades e habilidades do indivíduo e fazer com que o ser humano pense, reflita, discuta, aja. Pretende-se que a pessoa conheça sua organização e se encontre com sua realidade. Deseja-se, por meio de um processo gradual, despertar o interesse das pessoas e motivá-las para que possam participar ativamente em suas instituições e serem agentes de melhoria ou de transformação de sua realidade. (p.13).

Nas grandes empresas capitalistas existem programas de capacitação para os funcionários, o que na maioria das vezes, têm o intuito de tornar os funcionários cada vez mais competitivos, a fim de obter maiores lucros. Schneider (2003) reforça esta ideia dizendo que “as classes dirigentes capitalistas tendem a ver o operário apenas como simples meio de produção” (p.18). Quando se trata de EES, o conhecimento se faz indispensável, pois se tratam de organizações coletivas, com princípios distintos daqueles das empresas capitalistas.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um instrumento utilizado para fomentar a educação e a capacitação técnica dos associados, como também dos seus familiares, pois o fundo é indivisível entre os sócios. Observamos a essência do cooperativismo nos seus princípios e leis, e a importância da educação para o desenvolvimento das organizações coletivas.

Os associados de um empreendimento precisam ter capacitação sobre a identidade cooperativa, com o intuito de que possuam conhecimento sobre a organização a qual fazem parte, e podemos entender melhor na fala de Schneider (2003) quando ele diz que: “os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre cooperativismo e educação” (p. 16).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2012) reconhece o grande desafio da educação para a ES, e principalmente para os EES, pois seu crescimento muito acelerado nos últimos anos carece de formação e assistência técnica às suas necessidades. Assim, o MTE relata:

Os (as) trabalhadores (as) da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca da eficiência e viabilização das atividades econômicas que realizam. Para isso, faz-se fundamental combinar processos educativos integrados com as oportunidades de elevação de escolaridade e outras iniciativas que contribuam para a formação política e cidadã. Igualmente é necessário que a educação contribuía para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória. (2012, p.5).

Para além dos participantes da ES é preciso um processo de educação da sociedade, com o propósito de não reproduzir nos EES as mesmas práticas de gestão das empresas capitalistas. A IIª Conferência Nacional de Economia Solidária aprovou um conjunto de resoluções para educação em ES, sendo que a resolução 72 diz que:

É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta da educação qualificada e adequada para trabalhadores (as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida. (MTE, 2012, p. 6).

A educação em ES torna-se fundamental para capacitação da sociedade em geral, especialmente para os/as trabalhadores/as dos EES e, conseqüentemente, para o fortalecimento dos empreendimentos. Não é uma tarefa fácil, porém, essencial dentro das organizações coletivas, tanto quanto para a sociedade em geral

Os processos participativos estimulam e motivam os sócios a buscarem mais conhecimentos e motivos para a cooperação. Na maioria das organizações coletivas acontece o desinteresse dos sócios por não obterem resultados imediatos, neste sentido, Bordenave (1985) trata das forças atuantes nos grupos humanos, e uma delas diz que “[...] dado o caráter imediatista de nossa cultura: o povo deseja ver resultados concretos de seu esforço e não está acostumado a esperar recompensas tardias. A capacidade de aguardar recompensas demoradas vem com a educação” (BORDENAVE, 1985, p. 50). O autor traz a educação como ferramenta para contribuir com o conhecimento cooperativo, e daí afirmamos a importância da educação para a cooperação dentro dos EES.

4. Análise da participação em dois empreendimentos associativos no Recôncavo da Bahia

4.1 Perfil dos/as entrevistados/as

As informações aqui apresentadas foram coletadas por meio de entrevistas, orientadas através de um roteiro semiestruturado aplicado a sete (07) associados/as, sendo três (03) do sexo feminino, pertencentes a uma cooperativa localizada na cidade de Sapeaçu e quatro (04) do sexo masculino, membros de uma associação do município de Saubara, ambos municípios baianos.

O perfil etário dos/das entrevistados/as varia de 35 a 61 anos e todos/as têm filhos. Dentre as cooperadas², uma estudou até a 5ª série e duas concluíram o ensino médio; entre os associados, um estudou até a 4ª série, dois concluíram o ensino fundamental e um concluiu o ensino médio.

Em relação à ocupação/profissão dos/das entrevistados/as, cinco se consideram exclusivamente agricultor/a familiar, sendo que dois (02) mencionaram outra ocupação paralela ao trabalho agrícola. Uma cooperada acrescentou a participação em um grupo de produção, e um associado apresentou atividade como Micro Empreendedor Individual (MEI) no ramo de fabricação de fardamentos. Entre os/as entrevistados/as, 71,43% ocupam cargo diretivo no empreendimento e 28,57% não estão em nenhum cargo. Quanto ao tempo de filiação, todas as cooperadas entrevistadas são sócias fundadoras, ou seja, têm cinco anos de filiação e, dentre os associados, três têm onze anos de filiação – são sócios fundadores – e um tem seis anos de filiação.

4.2 O processo participativo da Cooperativa e da Associação investigada

a) Cooperativa

A cooperativa, formada basicamente por três grupos de agricultoras familiares, foi fundada em fevereiro de 2012, no Município de Sapeaçu-BA. A necessidade de viabilizar a comercialização da produção das mulheres nos mercados institucionais, que se reuniam em grupos para produzirem a partir dos insumos advindos de suas colheitas, foi o que motivou a criação do empreendimento. A necessidade de buscar outros mercados, além do institucional, para viabilizar a comercialização dos produtos das agricultoras, ainda é um dos principais objetivos do empreendimento.

Segundo uma das entrevistadas, a cooperativa tem em seu quadro social aproximadamente trinta cooperados/as, cerca de 90% mulheres, e que precisa fazer uma revisão da quantidade de cooperados/as. O quadro diretivo está composto por: uma mulher na presidência, outra na vice-presidência e um secretário (homem), o qual também está assinando como tesoureiro, e conselheiro fiscal.

As decisões da cooperativa eram tomadas, em alguns casos, pela diretoria, ou através de assembleias realizadas mensalmente até o ano de 2016, onde compareciam cerca de 20 cooperados. Porém, no ano de 2017 não houve nenhuma assembleia, até o mês de junho. Quando questionadas sobre o motivo de não haver assembleias no ano de 2017, as

² Os vocábulos associados e cooperados são considerados sinônimos, inclusive pela própria lei que rege o cooperativismo – 5.764/71. Na análise de campo optamos por utilizar cooperado/a quando se referir aos membros da cooperativa e associado/a aos da associação.

entrevistadas informaram que em 2016 tinham o apoio da Secretaria de Agricultura do município e, devido à mudança de gestão decorrente das últimas eleições, perderam o apoio na realização de reuniões.

Diante do exposto pelas entrevistadas e da observação permitida durante o estágio na cooperativa, ficou percebido que a Secretaria de Agricultura desempenhou um papel chave na criação da Cooperativa e nas ações que a consolidaram como empreendimento voltado à comercialização dos grupos produtivos originários. Graças à Secretaria, os/as cooperados/as acessaram programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no seu próprio município, foram contemplados/as com editais de apoio financeiro para as atividades produtivas, contaram com uma assistência técnica voltada ao aperfeiçoamento da gestão, o Programa Mais Gestão do Governo Federal, dentre outras parcerias com instituições que prestam assessoria a EES e realizam cursos de capacitação aos membros da organização. No entanto, essa contribuição acabou fortalecendo a dependência dos/das cooperados/as por parte de agentes externos ao empreendimento, e até mesmo para a construção do poder de terceiros, fazendo com que a essência dos empreendimentos coletivos autogestionários não passasse de uma utopia. Percebe-se que, nesse sentido, o poder público está utilizando as organizações coletivas para satisfazer seus interesses, comprometendo a participação efetiva dos sócios em suas organizações. Nesta perspectiva de análise, ressalta-se o alerta de Bordenave (1985) acerca da autogestão:

De modesta aspiração a um maior acesso aos bens da sociedade, a participação fixa-se o ambicioso objetivo final da “autogestão”, isto é, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do estado e das classes dominantes. Autonomia que não implica uma caminhada para a anarquia, mas, muito pelo contrário, implica o aumento do grau de consciência política dos cidadãos, o reforço do controle popular sobre a autoridade e o fortalecimento do grau de legitimidade do poder público quando este responde às necessidades reais da população. (1985, p.20).

De acordo com o autor supracitado, a autogestão praticada deveria elevar o grau de participação e autonomia dos associados em relação ao Estado e aos poderes dominantes na sociedade, porém, o constatado no período de inserção cotidiana na Cooperativa em função das atividades desenvolvidas durante o Estágio do Programa Mais Gestão pela UFRB, foi uma subordinação ao poder público e às organizações que prestam assessoria técnica. O resultado dessas práticas é perceptível quando se verifica a participação esporádica e pouco efetiva dos associados nas ações necessárias para a sustentabilidade do

empreendimento. Atualmente, a cooperativa não tem nenhum tipo de assessoria. Conforme as entrevistadas, no ano de 2016, o empreendimento teve assessoria do Movimento de Organização Comunitária (MOC), da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e do Centro Público de Economia Solidária (CESOL). Já em 2017, iria ser assistida pela Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB) para fazer o acompanhamento de um Projeto aprovado pelo Edital do Bahia Produtiva,³ e que atualmente, continuam tendo acompanhamento de agentes ligados à gestão anterior do município, e que eles contribuem na área de comercialização para o empreendimento.

As cooperadas já tiveram diversos cursos para aperfeiçoar a produção, aprender novas receitas, de boas práticas, beneficiamento de frutas e mandioca. Ao serem questionadas se tiveram cursos para explicar como funcionava uma cooperativa, as cooperadas informaram que tiveram logo no início da criação da cooperativa, e demonstram a importância e o interesse pelos cursos. Observa-se o quão importante é, antes mesmo da criação de um empreendimento coletivo, ter uma educação cooperativa, como Schneider ressalta:

Todos os associados necessitam de informação, enquanto conhecimento exato e atualizado dos fatos e acontecimentos, em relação com as tarefas práticas ou as decisões a adotar ou pôr em prática. Necessitam igualmente de conhecimento técnico, que os relacione com a complexidade de funcionamento das instituições cooperativas, em especial com a engrenagem do processo democrático. Requerem igualmente conhecer a história das origens do Movimento, bem como conhecimentos sociológicos, econômicos, administrativos e psicológicos do fenômeno cooperativo. (SCHNEIDER, 2003, p.30).

A partir dos depoimentos coletados e a observação de campo, e em concordância com Schneider (2003), entende-se que a educação cooperativa é necessária a todos/as sócios/as de uma organização coletiva, baseada nos princípios cooperativos e solidários, pois, quando a criação desses empreendimentos conta com a educação e a disseminação do conhecimento cooperativo, há grande chance de ações coletivas e participativas acontecerem de fato. Levando-se em consideração os tipos de participação trazidos por Bordenave (1985) no referencial teórico, é possível perceber na Cooperativa estudada pelo menos duas formas de participação, a voluntária e a dirigida ou manipulada. O primeiro tipo, a participação voluntária, destaca-se na criação dos grupos produtivos com objetivos e

³ É um projeto do Governo do Estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Social – CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, a partir de um Acordo de Empréstimo firmado entre o estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

metas definidos pelas mulheres. O segundo tipo, participação dirigida, concerne às agricultoras serem provocadas por agentes externos a constituírem uma cooperativa para potencializar a comercialização da produção, porém sem objetivos claros ou até mesmo sendo manipuladas, com finalidades definidas por esses agentes externos. A participação é efetivada na formação dos grupos de trabalho, pois, apesar de fazerem parte de uma cooperativa, a identidade do grupo originário é evidente e sobressai à identidade que seria forjada na cooperativa.

O artigo 29 da lei 5.764/71 diz que “o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto”. Porém, através das entrevistas e das observações no campo, foi percebido que alguns cooperados/as não conhecem o estatuto ou, mesmo conhecendo, não têm interesse em conhecê-lo mais profundamente.

A atuação das cooperadas reflete no estado do empreendimento. Foi solicitado às entrevistadas que fizessem uma avaliação sobre suas próprias participações e a participação dos demais cooperados/as. Os dados obtidos nos permitiram entender um pouco sobre os motivos da participação ou não dos membros da cooperativa. Em sua maioria, acontece de cooperados/as ficarem receosos/as em tomar certas atitudes, por não terem conhecimento sobre determinados assuntos, e criam uma dependência por alguém de sua confiança. Outro ponto crítico é quando o empreendimento é contemplado por algum edital, surgir pessoas para se tornarem cooperadas e serem beneficiadas pelos recursos enquanto cooperados fundadores não fazer parte da execução do projeto ou mesmo sua opinião não ser considerada.

Apesar de todos os problemas e dificuldades relatadas, muitas são as razões para as entrevistadas estarem cooperadas, dentre elas, as conquistas que foram alcançadas através da cooperativa, e até mesmo o próprio interesse em fazer parte de algum grupo. Dentre as conquistas da cooperativa, as entrevistadas relataram sobre os editais em que o empreendimento foi contemplado, como a construção da fábrica de polpas de frutas e o acesso a projetos e programas governamentais, além de aprendizados e conhecimento para vida pessoal.

O empreendimento enfrenta diversas dificuldades e, segundo as cooperadas, as maiores são a falta de organização, problemas na comercialização, falta de união e capital de giro. É relevante que a participação incipiente não é apresentada como uma das dificuldades vivenciadas.

Quanto à concepção do que é participar para as depoentes é possível perceber, através das falas das mesmas, o quanto é difícil definir participação, pois algumas acreditam que a participação vem através de outras pessoas, por meio de cursos, palestras, oficinas e eventos e acreditam que alguém superior (como as lideranças políticas e os técnicos da assistência técnica) ou com mais conhecimento manda enquanto que outras obedecem, ou porque acabam dependendo de uma ação provocada por algum agente externo.

Outra entrevistada acredita que a participação parte dos próprios componentes do grupo, os quais identificam a necessidade de se organizarem, a fim de solucionar determinado problema. Daí, trazemos os níveis citados por Bordenave (1985), onde a execução das ações e a avaliação dos resultados são os níveis mais altos de participação, pois, na sua maioria, são realizadas pelos próprios membros da organização. No entanto, percebemos que a maioria dos/das cooperados/as praticam a participação em menores graus, e que muitos não reconhecem (ou não sabem) o seu papel no empreendimento, o que acaba distanciando eles e elas da autogestão.

b) A Associação

A Associação estudada foi fundada em fevereiro de 2006, no município de Saubara- BA. É formada por agricultores/as e pescadores familiares que buscavam terras para produzir, pois o único meio que tinham para plantar era através de um acordo que faziam com alguns fazendeiros da região. O acordo funcionava como um aluguel da terra, onde os/as agricultores/as ficavam três anos em posse daquela para plantar, criar animais e, após este período, tinham que mudar para outra terra. Ou seja, os/as agricultores/as faziam todo o processo de capinar e arar, e, depois de três anos, tinham que ir para outra área bruta fazer o mesmo processo, o que tornava o trabalho pesado e com pouco rendimento, pois o tempo era insuficiente para ter o retorno financeiro necessário.

Os agricultores/as se apossaram de uma fazenda que se encontrava com pendências em termos jurídicos e sem produzir. Desde então, os associados têm buscado juntamente à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) a regularização da área.

A Associação tem, em seu quadro social, aproximadamente duzentos associados/as, cerca de 70% são mulheres. O quadro diretivo é composto por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselho fiscal, todos do sexo masculino. Apesar de grande representatividade das mulheres na associação, nenhuma delas ocupa cargo diretivo, no entanto, criou-se uma secretaria de mulheres para lhes dar suporte.

O empreendimento conta com uma área para produção agrícola e criação de animais, além de uma agrovila constituída como área de moradia para os/as associados/as. A maioria dos/das associados/as reside em cidades próximas e vai a Saubara para cuidar e realizar atividades agrícolas em suas propriedades. Um dos objetivos da associação é dar assistência ao agricultor, em relação aos meios de produção.

Sobre as tomadas de decisões da associação, os entrevistados relataram que, primeiro, é realizada uma reunião com a diretoria e, logo depois, faz-se a assembleia geral para que todos tenham conhecimento e contribuam nas decisões. Geralmente a reunião da diretoria é realizada no último sábado do mês e a assembleia geral em todo primeiro domingo do mês, no período da manhã. Por não possuir sede e nenhuma estrutura física, as assembleias acontecem embaixo de uma mangueira e participam em média setenta associados/as. E um dos problemas que inviabiliza a presença da maioria nas reuniões é o difícil acesso, principalmente em dias chuvosos, devido à péssima situação das estradas, pelo fato de que muitos dos/das associados/as moram em outras cidades.

O empreendimento não recebe nenhum tipo de apoio ou assessoria, todas as ações necessárias para regularização ou para alcançar algum objetivo do empreendimento se dá através dos membros do quadro diretivo que recorrem aos órgãos competentes.

Foi percebido que as assistências são esporádicas, apesar de todas as necessidades para o empreendimento, em contrapartida, nota-se que as decisões são tomadas exclusivamente pelos/as sócios/as, e não por influência de terceiros. Devido à falta de apoio institucional ou recursos financeiros próprios, a associação não realiza nenhuma atividade de formação ou capacitação para os/as associados/as, nem mesmo para explicar o funcionamento do empreendimento.

Segundo os entrevistados, os/as associados/as carecem de capacitação quanto à produção e gestão do empreendimento, dentre outros, como também os/as seus/suas filhos/as que não têm uma escola e precisam se deslocar por quilômetros de distância a pé ou de canoa pelo mar para estudar. A educação é de suma importância em uma sociedade e, quando se trata de organizações coletivas, torna-se uma verdadeira questão de manutenção. Apesar de a Associação ter relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saubara e com o Movimento de Resistência Camponesa (MRC), até mesmo eles não têm dado a assistência necessária.

As instituições de assistência a empreendimentos coletivos contribuem de maneira significativa com os mesmos, no entanto a Associação quase não tem tido, porém o entrevistado citou que estão buscando autonomia para não depender de movimento. Na

associação busca-se discutir e decidir sobre temas importantes em assembleia e sem recorrerem a terceiros, isso contribui para a ação da autogestão, o que Mothé (2009) chama de democracia direta.

As obrigações mencionadas foram: contribuir com as taxas, não criar conflitos, participar das assembleias e realizar trabalhos coletivos. A participação nas reuniões e nos trabalhos coletivos foi citada por três, dos quatro entrevistados, como obrigações, ou seja, dá-se tanta importância a essas ações que as consideram um dever. Quanto aos direitos, foram destacados: auxílio do governo para produzir, capacitações técnicas de plantio, terra para produzir, votar e ser votado (está no estatuto), dentre outros. Apenas um associado mencionou que os direitos estão descritos no estatuto, o qual tem cláusulas com as obrigações e direitos dos membros da associação.

A partir disso, identifica-se o nível de formulação da doutrina e da política da instituição citados por Bordenave (1985), o qual, na maioria das vezes, é restrito apenas às lideranças. Todavia, a maioria dos/das associados/as não tem interesse em conhecer o estatuto.

Os entrevistados foram levados a avaliarem suas participações/atuações no empreendimento, visto que é necessário o envolvimento dos/das associados/as no EES. Percebeu-se a vontade de fazer, mas, de alguma forma, eles são impedidos, ou apenas dão opinião, por não terem outras formas de participação e, até mesmo um entrevistado se considera um bom secretário por ter se mantido em um cargo durante onze anos. Muitos são os fatores que podem influenciar nas atuações dos sócios, como o querer está no “poder”, estar acostumados a ter alguém pra fazer, ficar apenas como observadores/as e/ou opinarem, dentre outros motivos possíveis. São questões que precisam de uma avaliação mais profunda para entender o que leva a tais atitudes.

Quanto à avaliação em relação à participação dos/das demais associados/as, alguns entrevistados mencionaram que os membros que moram em outra cidade têm mais interesse em participar das assembleias do que os que residem no município. No entanto, em relação às atividades cotidianas, foi informado que os residentes é que mais atuam no plantio, colheita e vendas da produção, como também são quem executam qualquer outra ação necessária e imediata para o empreendimento.

Para os entrevistados, um diretor/gestor de um empreendimento tem o papel de contribuir e direcionar na busca das conquistas para a associação e até mesmo resolver problemas. Entre os entrevistados, apenas um participa de outro empreendimento, para os demais, a primeira e única organização de que fazem parte é a Associação. Os associados

revelaram porque se associaram, um deles disse que se filiou por conta do convite do coordenador geral do MRC para ser membro da Associação; outro disse ter entrado por gostar da agricultura e ter interesse em produzir.

A partir dos relatos dos associados, foi possível identificar alguns tipos de participação descritos por Bordenave (1985), especialmente a participação voluntária e imposta, onde a primeira é vista na formação da associação onde os agricultores se uniram para alcançar objetivos comuns.

Entre as principais conquistas da associação, os entrevistados listaram a aquisição da terra como a principal e, conseqüentemente citaram o PAA, que segundo os associados, tem incentivado os/as agricultores/as a produzirem mais, pois sabem onde escoar a produção, e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para a maioria dos/as agricultores/as, a qual é um documento de identificação da agricultura familiar.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas atualmente é a péssima condição da estrada, o que inviabiliza o acesso ao assentamento, como também a saída de pessoas e mercadorias, principalmente no período chuvoso, a falta de uma rede de energia elétrica, uma ambulância, tratores e a regularização do assentamento também foram mencionados pelos entrevistados como impedimentos ao desenvolvimento.

Ao serem questionados sobre o que entendem por participação, cada associado deu sua opinião, e o que eles entendem por participação, na maioria dos casos, está baseado em sua própria atuação como envolvimento no projeto ao qual está inserido, fazer o que for necessário, e não somente o que foi delegado, pensar no coletivo, todos saberem o que é preciso fazer, e não esperar recompensas de outrem e pagar as mensalidades para a vitalidade do empreendimento, pois não tem associação sem associados e estes precisam contribuir para que aquela melhore.

5. Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico, análise das entrevistas e das observações realizadas foi possível problematizar o processo participativo nos empreendimentos associativos investigados. No caso da Cooperativa, a maior dificuldade para a participação democrática se dá pelo fato de prevalecer o paternalismo, a submissão, pois os/as cooperados/as acabam se tornando dependentes e até mesmo reféns de pessoas externas ao empreendimento. Percebemos também a falta de identidade enquanto Cooperativa, já que a maioria destes/as se identifica com o grupo de produção originário e a percebe apenas como um meio de comercialização, o que também pode ser ocasionado devido à interferência de terceiros. No entanto, a falta de interesse da maioria dos cooperados e a

incipiente identificação com a própria cooperativa podem ser justificadas pelo processo de criação e gestão, pois a mesma foi incentivada e coordenada por gestores públicos e entidades de assessoria no campo da economia solidária, sem, contudo, assegurar a autonomia entre os/as cooperados/as, para que efetivamente respondessem pelos rumos do empreendimento.

No que tange à Associação, percebemos que alguns membros que estão em cargo diretivo têm uma resistência em “passar o poder” aos demais sócios e acreditam que sua gestão deve ser perpetuada por fazerem um trabalho sobre o qual alguns/mas dos/as associados/as demonstram satisfação. Apesar de o quadro social ser composto por cerca de 70% de mulheres, a direção da Associação é composta apenas por homens, revelando uma forte desigualdade de gênero. A falta de assessoria ou assistência técnica desestimula os/as sócios/as e, conseqüentemente, poucos/as participam de forma autogestionária, limitam-se a atuar de forma espontânea em assembleias e esperam que as soluções e conquistas da Associação dependam apenas dos gestores, apesar de todas as demandas serem levadas à assembleia geral, gerando entraves à participação democrática.

A Associação foi criada por agricultores/as com o objetivo de conquistarem terra e meios de produção, que a princípio teve a contribuição do Movimento de Resistência Camponesa (MRC) e atualmente não tem dado nenhuma assistência. Entre os quatro entrevistados, apenas um disse ter outra ocupação além da agricultura, e esse foi o entrevistado que mais demonstrou não participar dos processos decisórios, aceitando as decisões tomadas pelos gestores.

Diante dos contextos expostos, podemos constatar que os agentes externos têm papel significativo nos EES, desde a mobilização dos/as agricultores/as, como foi o caso da Cooperativa, que durante o tempo em que tinha tais contribuições, a maioria dos/as cooperados/as participava de forma concedida. No entanto, a ausência dos agentes leva à desmobilização da organização devido à falta de conhecimento da maioria dos/as sócios/as sobre as práticas autogestionárias e até mesmo o costume em depender de terceiros. Na cooperativa percebemos que existe uma fragilidade na identidade, devido ao fato de que grupos produtivos originários foram matizados em virtude da atuação dos agentes externos.

A Associação, por sua vez, teve poucas assessorias desde a sua criação, sendo que seu objetivo principal é dar suporte ao/a agricultor/a, devido a isso percebemos que, segundo Bordenave (1985) os/as associados/as acabam atuando em níveis distintos de participação, pois, enquanto a elaboração e determinação de objetivos e estratégias ficam

sendo atividades exclusivas da liderança, a execução das ações e a avaliação dos resultados ficam com os demais membros da organização.

Em suma, inferimos que os casos estudados demonstram a necessidade da contribuição dos agentes externos, porém deve-se estimular a participação e promover a educação cooperativa para os/as associados/as, a fim de que estes/as alcancem o mais alto nível de participação, a autogestão.

6. Referências

ANJOS, E. Os impasses e as potencialidades das práticas autogestionárias das cooperativas de trabalho da economia solidária. **Cadernos Gestão Social**, v. 5, p. 287-305, 2014.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei nº 5.764, 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual para formadores: descobrindo a outra economia que já acontece**. Brasília: MTE, SENAES, 2007. 50p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015 – 2019**. Brasília: CNES, 2014. 43 p.

BRASIL. Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária**. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, DF, 2012. 22 p.

GAIGER, L. I. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 181-187.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 26-30.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. **Educação cooperativa e suas práticas**, Brasília, 2003. 12-57.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. C. M. Economia Solidária e Desenvolvimento. In: **Economia Solidária**. BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011. p. 61-74.

SOUZA, M. L. de. A participação - Componente conceitual do DC. In: SOUZA, M. L. D. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 79-96.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.